

Avaliação da Relação Parental no Acolhimento Residencial de Crianças - Conceções dos intervenientes e especialistas

Maria Helena Pimentel & Paula Cristina Martins

Resumo

Nos termos da Lei portuguesa de Promoção de Crianças e Jovens em Perigo, compete às instituições de acolhimento a avaliação da situação das crianças/jovens acolhidos e a definição e execução do seu projeto de vida. Um dos requisitos desta avaliação incide no (des)interesse manifestado pelos pais e nas suas implicações para a qualidade dos vínculos parentais. Trata-se de um processo crítico para as famílias e crianças, podendo culminar na reunificação familiar, na autonomização da criança/jovem ou na sua adoção. Porém, não existe uma definição estabelecida do objeto desta avaliação nem da sua operacionalização. Com o objetivo de explorar o entendimento que os intervenientes neste processo e os especialistas no domínio têm sobre o mesmo, selecionou-se uma amostra de conveniência composta por 32 participantes (12 técnicos de instituições de acolhimento, oito especialistas na área, seis progenitores e seis crianças em acolhimento residencial) que responderam a uma entrevista semiestruturada sobre três conceitos: qualidade da relação parental, vínculos próprios da filiação e manifesto desinteresse. As respostas foram analisadas com recurso à Grounded Theory. Os resultados permitiram identificar três dimensões críticas subjacentes a estes conceitos: a dimensão afetiva, a competência educativa e a atitude face à mudança. Se a primeira é dominante e unânime, seguida da competência educativa, já a atitude face à mudança divide os participantes em dois grupos: as famílias e as crianças, que não reconhecem esta dimensão, e os técnicos e especialistas, que sublinham a sua importância. Neste estudo discutem-se as implicações destes dados para a intervenção.

Palavras-chave: Qualidade da relação parental, vínculos parentais, desinteresse parental